

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.326 - SP (2019/0297441-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ELISABETE AVELAR DE SOUZA
ADVOGADO : ELISABETE AVELAR DE SOUZA - SP116926
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO SOARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PAULO SOARES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2164270-46.2019.8.26.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado à pena de 6 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, e ao pagamento de 14 dias-multa, pela prática dos crimes previstos no art. 157, § 2º, II e V, do Código Penal e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

No presente *writ*, sustenta a impetrante que "a pena-base foi fixada acima do mínimo legal, entretanto, as razões apontadas são inidôneas para justificar o referido acréscimo, uma vez que são consideradas circunstâncias agravantes do crime ou mesmo causas de aumento da reprimenda, caracterizando dupla valoração da mesma circunstância ou causa. Configurando o inadmissível *bis in idem*" (e-STJ fl. 6).

Aduz que a fixação do regime fechado não foi devidamente justificada, invocando, ainda, os enunciados n. 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e 440 da Súmula desta Casa.

Pontua que a negativa do apelo em liberdade também não foi motivada.

Busca, inclusive liminarmente, a "revogação da prisão preventiva, para que o paciente possa aguardar o trânsito em julgado da sentença em liberdade ou subsidiariamente inicie o resgate da pena no regime semiaberto em razão da quantidade da reprimenda aplicada, expedindo-se o competente alvará de soltura" (e-STJ fl. 10).

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator